



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
教育及青年發展局  
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

## **Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Che Sai Wang**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração os pareceres do Instituto de Habitação, do Conselho de Consumidores, da Universidade de Macau, da Universidade Politécnica de Macau e do Instituto de Formação Turística de Macau, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Che Sai Wang, de 20 de Julho de 2023, enviada a coberto do ofício n.º 769/E589/VII/GPAL/2023 da Assembleia Legislativa de 27 de Julho de 2023 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 28 de Julho de 2023:

A Lei n.º 16/2012 (Lei da actividade de mediação imobiliária), alterada pela Lei n.º 7/2014, e o Regulamento Administrativo n.º 4/2013 (Regulamentação da Lei da actividade de mediação imobiliária) vêm regular o acesso e o exercício da actividade de mediação imobiliária que incida sobre bens imóveis situados na RAEM. O Instituto de Habitação tem disponibilizado na sua página electrónica os dados relativos às licenças válidas de mediação imobiliária, permitindo ao público consultar e salvaguardar os seus próprios direitos e interesses. Ao mesmo tempo, procede à fiscalização e ao combate às infracções, nos termos da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária. Quanto ao contrato de arrendamento celebrado entre o senhorio e o arrendatário, aplica-se o disposto no Código Civil. No caso em que o consumidor e o mediador imobiliário se envolvam num conflito de consumo, por exemplo, num litígio referente ao contrato de mediação imobiliária entre as partes, o consumidor pode recorrer à plataforma *online* “Consumidor Online” para apresentar reclamação, junto com as informações relevantes. Desde modo, o conflito de consumo entre as partes será tratado pelo Conselho de Consumidores (CC) nos termos legais através de conciliação, ou encaminhado para a entidade fiscalizadora da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária, através do mecanismo de cooperação interdepartamental. Além disso,



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
教育及青年發展局  
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

com vista a elevar a qualidade de diversos sectores, o CC lançou o “Projecto de Reconhecimento de Loja Certificada”, assim como tem se dedicado a estimular e apoiar as “Lojas Certificadas” desses sectores na elaboração dos respectivos “Códigos de Práticas”, tendo já publicado o “Código de Práticas para o Sector de Exploração de Serviços de Mediação Imobiliária”, através do qual, promove a autodisciplina do mesmo sector e elevar a sua consciência sobre a defesa de direitos, por forma a favorecer a criação de uma barreira protectora do consumidor.

A Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) está atenta à aprendizagem e à vida dos estudantes provenientes do exterior em Macau, pelo que mantém um contacto estreito com as instituições de ensino superior de Macau e incentiva constantemente as instituições de ensino superior a reforçarem os apoios e os auxílios dos estudantes. A DSEDJ continua a divulgar as informações através das páginas electrónicas e das plataformas das redes sociais, para que os estudantes possam inteirar-se dos recentes casos de fraude e dos meios da procura de ajuda. Além disso, a DSEDJ criou um mecanismo de comunicação permanente e um grupo especializado interdepartamental com os serviços policiais e as instituições de ensino superior, de forma a promover diferentes actividades promociais sobre a prevenção de fraude destinadas aos estudantes. Este grupo especializado permite que as três partes possam comunicar directamente e discutir as medidas de acompanhamento subsequentes caso os estudantes encontrem diferentes tipos de fraude e casos em que os seus interesses são lesados.

Relativamente ao alojamento dos estudantes, a Universidade de Macau e a Universidade Politécnica de Macau divulgam as informações do arrendamento das casas e as ligações relativas às informações da legislação do arrendamento para os estudantes através das páginas electrónicas e dos meios electrónicos, para que os estudantes possam inteirar-se dos direitos e dos deveres das ambas partes do



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
教育及青年發展局  
Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude

arrendamento. Estas duas universidades também continuam a reforçar os trabalhos promocionais através dos diferentes meios, tais como as plataformas das redes sociais, os avisos electrónicos dos estudantes, as associações dos estudantes e os correios electrónicos, entre outros, com vista a aumentar os conhecimentos e as atenções dos estudantes nos assuntos relativos ao arrendamento das casas. O Instituto de Formação Turística de Macau tem disponibilizado aos estudantes não locais (incluindo os estudantes existentes e os novos estudantes) a opção de residirem no dormitório de estudantes. Actualmente, todos os referidos estudantes escolheram residir no dormitório de estudantes.

Aos 15 de Agosto de 2023.

O Director  
Kong Chi Meng